



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 702/93

Autoriza o Poder Executivo a contratar parcelamento De dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –FGTS e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lajinha-MG., decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do município de Lajinha-MG., contratar parcelamento de Dívida para com o FGTS, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução nº 100, de 26/05/93, (D.O.U. de 02/06/93) do Conselho Curador do FGTS, equivalente a Cr\$ 11.148.128,31(onze milhões cento e quarenta e oito mil cento e vinte e oito cruzeiros e trinta e um centavos) em 18/08/93.

Art. 2º - Para a garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Municípios-FPM e/ou ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta Lei.

Art. 3º - O Poder Executivo9 consignará nos orçamentos anual e plurianual do município, durante o prazo a que vier a ser estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento da Lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrario, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha-MG., aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três (18/08/1993).

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA